



Cíntia Souza Machado Ferreira
Neilton da Silva

POLÍTICAS EDUCATIVAS E
DIREITOS DE CIDADANIA

Escolas Cívico-Militares e
Cidadania Educativa

VOLUME 7

**Cíntia Souza Machado Ferreira
Neilton da Silva**

**Escolas Cívico-Militares e
Cidadania Educativa**



POLI-QUEFORP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária Ivete Castro – CRB-5/1073)

F383p Ferreira, Cíntia Souza Machado.

Políticas educativas e direitos de cidadania: escolas cívico-militares e cidadania educativa. / Cíntia Souza Machado Ferreira, Neilton da Silva. Cruz das Almas, BA: Mestrado Profissional em Gestão Pública e Segurança Social (PPGPSS-UFRB), 2021.

22p.; il. (fascículo, v. 7).

Livro Digital

Formato: PDF

Modo de Acesso: <<https://www.shortest.link/1rSv>>

ISBN: 978-65-00-31342-0 (e-book)

1. Educação 2. Educação militar. 3. Cidadania. I. Silva, Neilton da. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, CCAAB. III. Pesquisa Políticas de Qualidade do Ensino e Formação Profissional - POLI-QUEFORP. IV. Título.

CDD: 379

Há educação e educação. Há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é formação do homem livre e sadio. Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes. A educação faz-nos livres pelo conhecimento e pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver ao máximo os nossos poderes inatos.

Anísio Teixeira

Dedicatória

A todos os que sonham com uma educação pública, gratuita e de qualidade na educação básica. A todos os pais que acreditam na educação como meio de mudança de mundo e de vida. A todos os jovens, por acreditar que eles podem fazer diferente e realizar muito pelo futuro desse país. E a todos os professores que diariamente se dedicam a sua profissão e não desistem nunca.

Sumário

Prefácio.....	6
Apresentação.....	7
1. Contexto de militarização das escolas.....	8
2. A quem interessa militarizar as escolas?.....	9
3. Escolas Cívico-Militares.....	11
3.1. Princípios.....	12
3.2. Valores.....	13
4. Prós e Contras.....	14
5. Entrevista.....	16
6. Polêmicas.....	18
Últimas palavras.....	19
Referências.....	20
Sobre os autores.....	22

Prefácio

Ao abordar as políticas educativas relacionadas às Escolas Cívico-Militares e a cidadania educativa no Brasil, o fascículo nos convida a analisar os objetivos e as propostas metodológicas que estruturam esse modelo de educação. Fazer esta análise nos possibilitará compreender a dinâmica e os contextos de cidadania proposta pelo padrão educacional existente nestas escolas.

Cabe salientar que o acesso a educação de qualidade é um direito de todos, portanto é dever do Estado e da família garanti-las em sua integralidade com a finalidade de preparar a pessoa para o exercício da cidadania. A proposta de educação deve pautar a igualdade e equidade na garantia dos direitos individuais e coletivos da população, visando combater as desigualdades e garantir o acesso aos serviços educacionais de qualidade.

O conteúdo aqui apresentado nos permite perceber que existem diversos obstáculos e desafios relacionados com as políticas educacionais em nosso país. O fascículo contextualiza a escola cívico-militar, apresenta alguns questionamentos para o leitor refletir sobre militarização das escolas e qualidade do ensino, apresenta os princípios e os valores explícitos por este modelo de escolarização, traz uma entrevista com uma professora contrária a essa política e finaliza trazendo a tona algumas polêmicas vivenciadas a partir da militarização.

O sistema educacional não é simplesmente um processo de acúmulo de informação e/ou preparação para o mercado de trabalho. Percebe-se que os atores envolvidos com as políticas de educação tem que continuamente quebrar paradigmas relacionados às negações referentes aos contextos socioculturais, que por diversas questões são desrespeitadas no ambiente escolar, reflexo da tradição curricular fragmentada e hierarquizada, bem como pelas condições de comportamentos impostas aos alunos.

Luis Paulo Santos da Cruz

Graduado em Ciências Contábeis (FAMAM)

Tecnológico em Gestão Pública (UFRB)

Especialista em Gestão Pública Municipal (UNILAB)

Mestrando em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

(PPGGPPSS-UFRB)

Apresentação

O processo de militarização das escolas públicas brasileiras tem se colocado como um tema árido e polêmico. Sob o argumento de melhoria da qualidade da educação básica, a proposta consiste numa pauta defendida pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, com lugar cativo nas políticas gestadas pelo Ministério da Educação (MEC) atual. De acordo com a sua filosofia, que se apoia numa “concepção disciplinarista”, os militares têm livre-trânsito nas escolas, atuando em funções de gestão, técnica-administrativa, pedagógica, monitoria, entre outras.

Todavia, não há consenso quanto a adoção dessa política educativa, uma vez que existem muitas opiniões contrárias – tanto de especialistas, quanto de profissionais da educação, que têm criticado o fato de que sua filosofia vai de encontro com certos princípios constitucionais, a exemplo do direito de ir e vir, ferindo, portanto, a liberdade de expressão, de crítica e os processos participativos, além de limitar a construção da autonomia do cidadão-educando, visto que seu direito à palavra e ao questionamento, passa a dar lugar à cultura do silêncio, da passividade, quiçá, da alienação.

Pensando nisso, o Grupo de Pesquisa Políticas de Qualidade do Ensino e Formação Profissional (POLI-QUEFORP), em articulação com alguns estudantes mestrados do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), matriculados no componente curricular Políticas Educativas, Instituições e Atores Sociais, idealizaram um conjunto de fascículos sobre Políticas Educativas e Direitos de Cidadania, composto por 07 (sete) volumes, todos centrados em políticas públicas vinculadas ao campo da Educação e suas adjacências.

Diante do exposto, temos o prazer em apresentar o **Volume 7**, cujo título é **Escolas Cívico-Militares e Cidadania Educativa**, de autoria de Cintia Souza Machado Ferreira e Neilton da Silva, cujo objetivo é esclarecer e problematizar a temática em questão, de modo que os profissionais da área de educação e os cidadãos em geral possam compreender as diferentes visões e as contradições que permeiam o assunto, de modo que sejam capazes de se posicionar sobre ele, e, eventualmente, tratando-se de adultos e ou responsáveis, decidam se matriculariam seu filho(a) em alguma “escola militarizada” ou não.

O fascículo foi construído com linguagem acessível, apesar da complexidade do tema, a fim de que os leitores reflitam sobre as Escolas Cívico-Militares, e assim construam seus próprios juízos sobre que tipo de cidadania é (im)possível, quando os processos formativos e de mediação, orientados para os atos de ensinar e aprender, se orientam pelo disciplinamento e pelo controle comportamental e atitudinal dos educandos.

1. Contexto de militarização das escolas

A educação no Brasil é regulada pela Constituição Federal (CF) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Educação é direito de todos e dever do Estado (CF. art. 205)



O projeto de militarizar o ensino no Brasil não é novo e a participação de militares na educação básica, ocorre no Brasil há mais de vinte anos. Vivemos um momento em que algumas famílias transferem a educação dos filhos para a escola e ao mesmo tempo os professores são deslegitimados. Soma-se a isso a ascensão do conservadorismo no mundo, especialmente no Brasil e o aumento da violência e da criminalidade, com isso os governos vem buscando na militarização das escolas resposta para o problema da educação no país.

Em 2019, por meio de decretos (Decreto nº9.665 e Decreto nº10.004), foram criados a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares para propor e desenvolver um modelo de escola com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos Colégios Militares para os ensinos fundamental e médio, e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, sob a responsabilidade do Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa.



Fonte: Freepik, 2021.

O objetivo do Programa é implantar 216 escolas cívico-militares no país até 2023, com a adesão voluntária dos entes federativos e consulta pública a comunidade, entretanto no discurso de lançamento do programa das escolas cívico-militares o Presidente Jair Bolsonaro fala em impor o modelo.

Clique [aqui](#) para ler o discurso completo



2. A quem interessa militarizar as escolas?



A qualidade da educação no Brasil vem sendo medida através de indicadores de avaliação externa que classificam as escolas pelas notas alcançadas por seus alunos.

No IDEb e no ENEM, índices que avaliam a educação em nosso país, as escolas cívico-militares tem melhores resultados quando comparadas as escolas públicas comuns, por esse motivo estas são tidas como de melhor qualidade na avaliação de algumas pessoas.

Com o intuito de militarizar as escolas o atual governo vem divulgando esses resultados e propagado também que nas escolas cívico-militares não há violência e nem tráfico de drogas porque a presença dos policiais inibe esse tipo de comportamento instaurando a disciplina no ambiente escolar.

Além do presidente e de representantes do governo, alguns deputados, governadores, prefeitos, gestores escolares e até mesmo professores e pais de alunos tem militado a favor das escolas cívico-militares. Parte deles no intuito de apresentar a comunidade uma alternativa para a melhoria da educação, já que defendem essa bandeira nos palanques durante as eleições e não tem propostas verdadeiramente concretas sobre o assunto.

Mas quando os pais acatam a ideia de escolas militarizadas e pensam em seus filhos uniformizados e sob disciplina rígida, provavelmente não pensam que o aprendizado é, antes de tudo, um exercício de liberdade e que para lidar com outras pessoas, para atuar no mercado de trabalho, esses estudantes precisam interpretar a realidade e criar os próprios caminhos.

**MAS SERÁ QUE QUANDO
FALAMOS EM QUALIDADE
DA EDUCAÇÃO, O IDEB E O
ENEM SÃO SUFICIENTES?
NÃO TERÍAMOS OUTROS
FATORES A ANALISAR ?**



Para entender melhor clique



[A Militarização das escolas brasileiras](#)

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

10



"A qualidade da educação não se circunscreve a médias, em um dado momento, a um aspecto, mas configura-se como processo complexo e dinâmico, margeado por um conjunto de valores como credibilidade, comparabilidade, entre outros" (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 207).

Os questionamentos abaixo são retiradas do texto - Qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios, de Luiz Fernandes Dourado e João Ferreira de Oliveira, e trazem outros fatores a serem analisados.

Clique [aqui](#) para ler o artigo completo



DIMENSÃO EXTRAESCOLAR – ESPAÇO SOCIAL

- Qual a condição socioeconômica e cultural dos alunos?
- Há projetos sendo desenvolvidos sobre o combate a fome, drogas, violência e outros?
- Como está a gestão e a organização escolar?
- A trajetória e a identidade individual dos alunos está sendo respeitada?
- Existem ações e programas que motivem o aluno a permanecer na escola?



DIMENSÃO INTRAESCOLAR

- As instalações gerais e o ambiente escolar estão adequados?
- Tem equipamentos em quantidade e condições de uso para todos?
- Tem biblioteca, acervo apropriado e laboratórios de ensino e informática?
- Há condições de acessibilidade para pessoas com deficiência?
- O ambiente escolar é seguro?
- A gestão é democrático-participativa?
- Os métodos pedagógicos são apropriados para a aprendizagem?
- Existe política de formação e valorização do professor?
- O ambiente escolar proporciona um ambiente adequado para o estabelecimento de relações interpessoais que valorizem práticas educativas?
- A percepção do aluno é positiva quanto ao processo de ensino-aprendizagem?

DIMENSÃO EXTRAESCOLAR

OBRIGAÇÕES DO ESTADO

- Não seria importante ampliar a obrigatoriedade da educação básica?
- Há igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola?
- As diretrizes nacionais para todos os níveis da educação estão bem definidas e efetivadas?
- Os sistemas de avaliação garantem a melhoria na aprendizagem?
- Programas como merenda escolar, livro didático e segurança na escola vem sendo implementados?

3. Escolas Cívico-Militares



Fonte: Ministério da Educação, 2021.

VOCÊ SABIA...

Quando falamos em escolas Cívico-Militares nos referimos as instituições escolares civis públicas, vinculadas às secretarias de educação, que por meio de convênio com as secretarias de segurança ou polícia militar, passaram a ser geridas em conjunto com as polícias?

A Escola Cívico-Militar é portanto uma mescla entre a escola pública tradicional e a escola militar, a gestão é compartilhada entre a Secretaria de Educação e a de Segurança Pública, de modo que a gestão pedagógica fica sob a responsabilidade de pedagogos e profissionais de Educação, enquanto a gestão administrativa e de conduta ficam com os militares ou profissionais da área de segurança.



Fonte: Brasil de Fato, 2019.

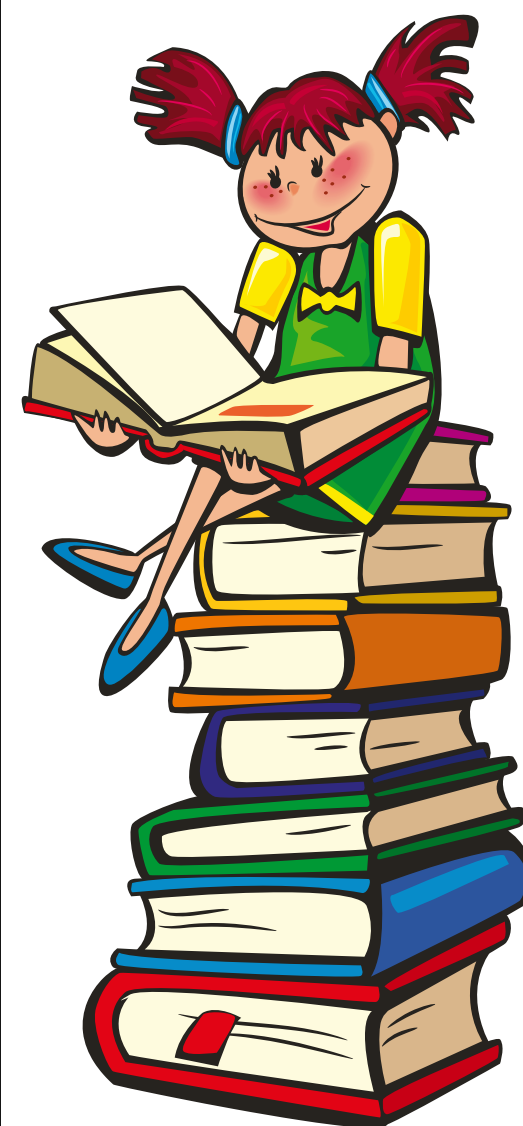
3.1. Princípios

DECIDA SE VOCÊ MATRICULARIA SEU FILHO NESSA ESCOLA

1

Conforme o Manual das Escolas Cívico-Militares, elaborado em 2019 pelo Ministério da Educação, estes são os princípios norteadores:

- I - igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - respeito às diferenças individuais;
- IV - valorização dos profissionais da escola;
- V - gestão democrática;
- VI - valorização da experiência extraescolar;
- VII - busca permanente pela melhoria da qualidade;
- VIII - educação integral;
- IX - participação ativa da família na escola.

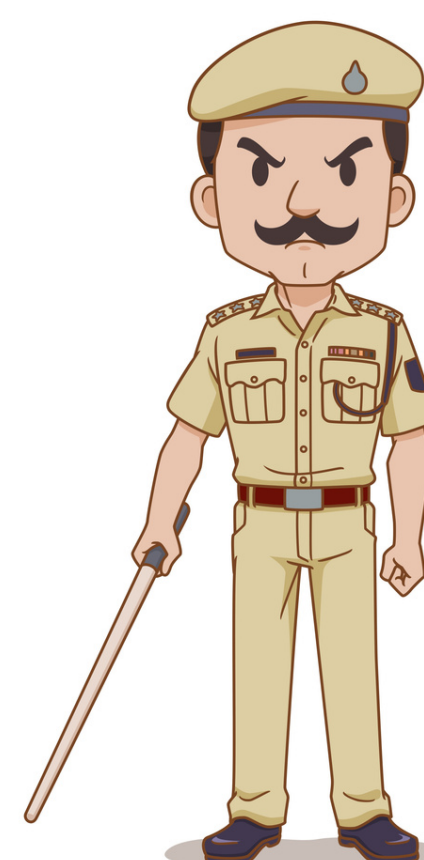


Fonte: ECIM_Final.pdf (educacao.df.gov.br)

- I - para acessar existe prova para selecionar os melhores alunos e para que estes permaneçam é preciso se adequar as regras impostas, se isso não acontecer o estudante é transferido de escola;
- II - os estudantes aprendem o que é considerado apropriado para manutenção da disciplina, da moral e dos bons costumes, não podem questionar as regras;
- III - as meninas não podem pintar as unhas e devem estar sempre de cabelos presos em coque e os meninos tem que ter o cabelo cortado dentro do padrão militar;
- IV - o salário dos militares é superior ao dos professores;
- V - os professores não podem abordar temas sobre política e diversidade, devem focar na disciplina e não devem questionar;
- VI - o certo é o que é ensinado dentro da escola;
- VII - foco no vestibular e no enem;
- VIII - o aluno não deve ter vida social;
- IX - participação ativa da família na escola para receber reclamações e recomendações.

2

Mas na prática funcionam assim



Fonte: Freepik, 2021.

Fonte: Dossiê: Militarização da Escola Pública, v. 35, n. 3 (2019) (ufrgs.br)

Matricularia?



3.2. Valores

Vamos brincar um pouco, eu digo o conceito e você encontra no caça-palavras os valores morais correspondentes aos empregados nas Escolas Cívico-Militares.



Os conceitos apresentados aqui foram pesquisados no Google e apesar de fazer referência aos mesmos valores, não correspondem aos conceitos apresentados no Manual das Escolas Cívico-Militares, o que indica que há mais de um significado para cada valor correspondente.

- 1-** Consiste no respeito aos valores, às instituições e às práticas especificamente políticas de um país. Algumas vezes é tomado como sinônimo de nacionalismo, pressupondo um comportamento mais beligerante, que se pode associar a xenofobia.
- 2-** Qualidade ou condição de quem se dedica a alguém ou algo, devotamento, entrega, sacrifício.
- 3-** Forma de tratamento conferida a quem pertence ao mais alto nível de uma hierarquia social, que ocupa posições ou funções de nível nobre.
- 4-** O que é decente, o que é correto segundo os conceitos morais socialmente válidos e que sendo assim é moralmente irrepreensível.
- 5-** Expressão de obediência diante de algo ou alguém, acatamento, submissão: às leis, à religião.

Encontre no caça-palavras abaixo os valores nos quais se baseiam as escolas cívico-militares

E R M E T T I E N U A O N S E A I E
 A C R H M R I Y N S O L O R E I I E
 T I E S T E A H V D R V I I E E E H
 S V U M M S H U Y H T R I D A S I L
 E I O L B P I E O Y S H E I T K T D
 D S O R D E D I C A Ç Ã O T A S O C
 E M L E E I H O O N E U D E A H O H
 H O N E S T I D A D E U A S W E E D
 E O S E E O R H S N A A A I V T O S
 S E X C E L Ê N C I A L L T E R H E
 A I R A U G E E A E E E I C N O U I
 O N A O A E K L T T N N T R H E I T

1 - CIVISMO

2 - DEDICAÇÃO

3 - EXCELÊNCIA

4 - HONESTIDADE

5 - RESPEITO

4. Prós e Contras



PRÓS

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Bons desempenho em avaliações nacionais

Melhor resultado dos alunos em avaliações diversas como enem e vestibulares.

Regras rígidas

O comportamento dos alunos será avaliado e classificado em forma de nota. Há uso obrigatório de uniformes específicos com padrão militar. Meninas devem se apresentar com cabelo preso e os meninos com corte padrão e barbeados. Há diariamente hasteamento de bandeira e canto do hino nacional.

Currículo escolar


Os estudantes passam a ter uma sexta aula para reforço de matemática, de português e estudo da Constituição Federal, além de bases do direito, cidadania e educação financeira.

Gestão compartilhada

Militares atuam na gestão administrativa e diretores pedagógicos atuam na gestão didático-pedagógica do colégio, de forma colaborativa.

Maior segurança

Os militares atuarão, em colaboração, nas áreas de gestão escolar e gestão educacional, a fim de contribuir com a melhoria do ambiente escolar mais seguro para todos.

Saiba mais em  [prós e contras escolas cívico-militares](#)

"O jovem começa desde o início a perceber que existem instituições, existem valores que são muito importantes pra convivência em sociedade. O apego à ordem e à disciplina são fundamentais. Esse respeito às instituições e às leis fazem com que o indivíduo se torne um cidadão melhor"

Walter de Oliveira (gestor administrativo do Colégio da Polícia Militar de Bauru/SP em entrevista ao J2 em 25/01/2018)

"Talvez um dos maiores problemas que assolam a educação pública hoje seja a falta de disciplina. Com a falta de disciplina, o professor não consegue ensinar. Com o modelo de gestão compartilhada com a PM vamos conseguir uma disciplina maior e, com isso, o professor vai ser respeitado e conseguir ministrar as aulas com qualidade"

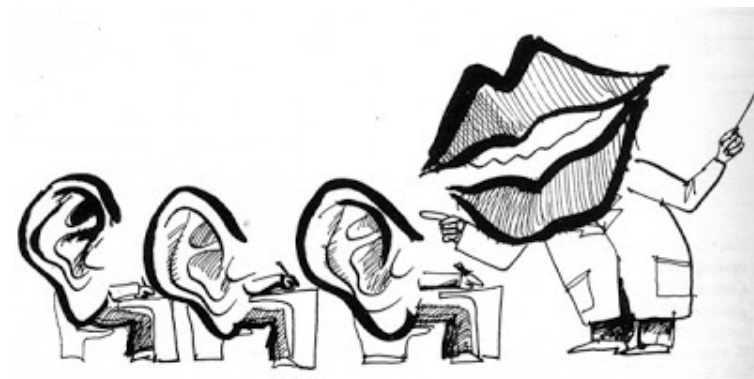
Márcio Jesus Faria (diretor de escola cívico-militar em entrevista a Agência Brasil)

"Eu prefiro colocar meu filho numa escola onde existe ordem e respeito do que numa escola onde ele sai da aula, tem briga dentro da instalação, alunos fumando droga escondido e atos de vandalismo"

Victor Nascimento (pai em entrevista ao J2 em 18/03/2021)



4. Prós e Contras



Fonte: <http://educacaoatradicional.blogspot.com>

CONTRAS

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Exclusão de minorias e diversidade

Estudantes que têm dificuldade de aprendizado e necessitam de maior atenção são obrigados a se transferirem de escola. Apesar da diversidade étnico-racial, os estudantes passam por uma padronização e perdem totalmente as características que os identificam.

Censura, não formam cidadãos críticos

Não podem ser pautados pelos professores alguns temas como homofobia, racismo, feminismo, além de algumas questões políticas.

Investimento

Se o investimento realizado nas escolas cívico-militares fosse para as escolas públicas, seria possível melhorar a infraestrutura, reduzir o número de alunos por sala, aumentar os salários e atrair melhores professores e com isso melhorar a qualidade da educação

Comparação de ambos os modelos

Nos colégios militares, os professores recebem altos salários e as unidades possuem laboratórios de química e robótica, quadras poliesportiva e piscina, os alunos são de classe média/alta. Já nas escolas civis, que atendem mais de 80% dos alunos da educação básica da rede pública, os estudantes são em sua maioria de classe baixa e vivem em condições precárias, o que afeta o rendimento escolar.

Profissionais não preparados para a educação

Em 2019, o Congresso Nacional aprovou a EC 101/2019, que estendeu aos militares o direito à acumulação de cargos públicos e com isso os militares da reserva, aposentados ou da ativa passaram a atuar na gestão administrativa, disciplinar e administrativa-pedagógica das escolas públicas civis.

Saiba mais em  [prós e contras escolas cívico-militares](#)

“O controle das identidades, por exemplo, fala muito alto. Cabelo afro não pode, relações homoafetivas não são toleradas, coletivos feministas também não, inclusão de alunos trans com nome social, nem pensar. Percebe como isso vai apagando o que os estudantes tinham como direito?”

Catarina de Almeida Santos
(professora em entrevista a Revista Giz 05/02/2020)

As escolas militarizadas ao adotarem reservas de vagas, selecionam o seu público, ação que impulsiona vantagens quantitativas nos processos de avaliação pedagógica e nos indicadores de qualidade. No entanto, isso revela um mecanismo de reprodução das desigualdades, visto que as demais escolas públicas recebem todos os segmentos sociais num contexto político de subsequentes reduções dos investimentos públicos. (PINHEIRO, PEREIRA, SABINO, 2019, p.682)

“Essas escolas [militarizadas] passam, pelo menos é o caso aqui em Goiás, por uma verdadeira transformação em sua infraestrutura, seus laboratórios, suas quadras de esporte. Consequentemente, tudo isso tem impacto no seu desempenho. Então só dizer que militarizar melhora o desempenho não é verdadeiro”
Mírian Fábria Alves (professora em entrevista ao J2 em 18/03/2021)



5. Entrevista

Escolas militarizadas

Por Elisa Marconi e Francisco Bicudo
Revista Giz, 05/02/2020.



Catarina de Almeida Santos, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista exclusiva à Revista Giz, critica duramente a proposta – que chama de o “ato final” de uma marcha conservadora em curso no país.

Abaixo apresentamos trechos da entrevista, mas se quiser saber mais
Clique [aqui](#) para ler a entrevista completa



Professora, de forma mais precisa e objetiva, o que são as escolas militarizadas?

As escolas militarizadas são escolas públicas, municipais e estaduais, sustentadas pelas secretarias de educação e que devem responder às leis federais presentes na Constituição [...] Não há nenhuma base legal para amparar a gestão de escolas públicas e delegar o ensino nessas instituições a militares, ativos ou da reserva. É um desrespeito à Constituição Federal.



Além do desrespeito à Constituição, as escolas públicas militarizadas deixam de ser o lugar da inclusão, da sociabilidade e da diversidade?

Exatamente. As escolas militarizadas selecionam o público, têm critérios para aceitar e manter um estudante [...] Se não combina, está fora. O mesmo vale para a Educação de Jovens e Adultos, o EJA. Escolas Militarizadas têm a prerrogativa de não aceitar EJA. Assim, eles reduzem a evasão, diminuem os casos de repetência e até melhoram a quantidade de ocorrências violentas. É a pedagogia da obediência. Quando se avalia essas condições isoladamente, é claro que a população vai defender e desejar uma escola assim para seus filhos. O que não se mostra é essa seleção inconstitucional do público.



Nas entrelinhas... o que está por trás da implantação das escolas militarizadas?

O Brasil vive um momento de profundo conservadorismo, uma guinada no sentido contrário de todos os avanços que vinham, lentamente, se dando no campo dos direitos sociais, da busca por igualdade de condições, como a criminalização da homofobia/LGBT+fobia, a Lei Maria da Penha, a Lei das Empregadas Domésticas, as Cotas, etc. Todos esses avanços desnudam práticas sociais muito arraigadas na sociedade brasileira. E onde esse debate acontece e deságua? Na escola. Fundamentalmente na Escola Pública, a casa da igualdade, da inclusão. De alguma maneira, é nas escolas que se trata da orientação sexual, do controle da natalidade, do direito das mulheres, do lugar das chamadas minorias, da proteção às crianças, do combate ao abuso sexual. É, por tudo isso, a instituição que mais afronta a estrutura patriarcal, machista e oligárquica brasileira.

Continua...

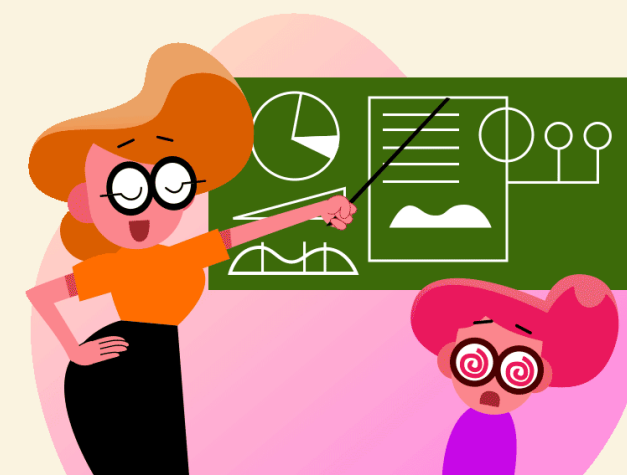
O que a senhora sugere é que a militarização é mais um movimento para conter os avanços progressistas?

A militarização é o ato final, o ato mortal nessa marcha. Os ataques ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, e o Escola sem Partido são tentativas nesse sentido. A militarização é verdadeiramente a maior tentativa de controle já vista. Controle da escola, dos corpos, dos pensamentos, dos desejos e dos sonhos. Uma tentativa de botar o estudante no devido lugar e, para isso, coloca-se a polícia na escola.



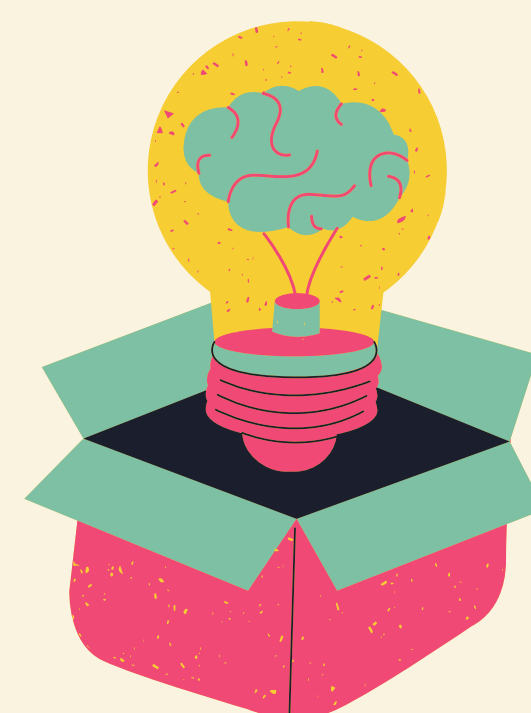
Qual será a cara do Brasil se a militarização das escolas se concretizar?

Nosso modelo de escolas públicas era o da universalização. Com os militares, será o da seleção. Não será mais a escola para todos, será um lugar para os obedientes [...] A comparação com as demais escolas da rede será inevitável e os números frios são incontestáveis. Ainda estamos muito perto dos fatos, mas o tempo e a história devem confirmar que silenciar a identidade e o comportamento dos jovens faz avançar pouco a diversidade, os direitos, a liberdade. Estávamos engatinhando nessa construção das liberdades amparadas pelo Estado e voltamos para um estágio pré-1964, com exclusão de garantias básicas. É grave.



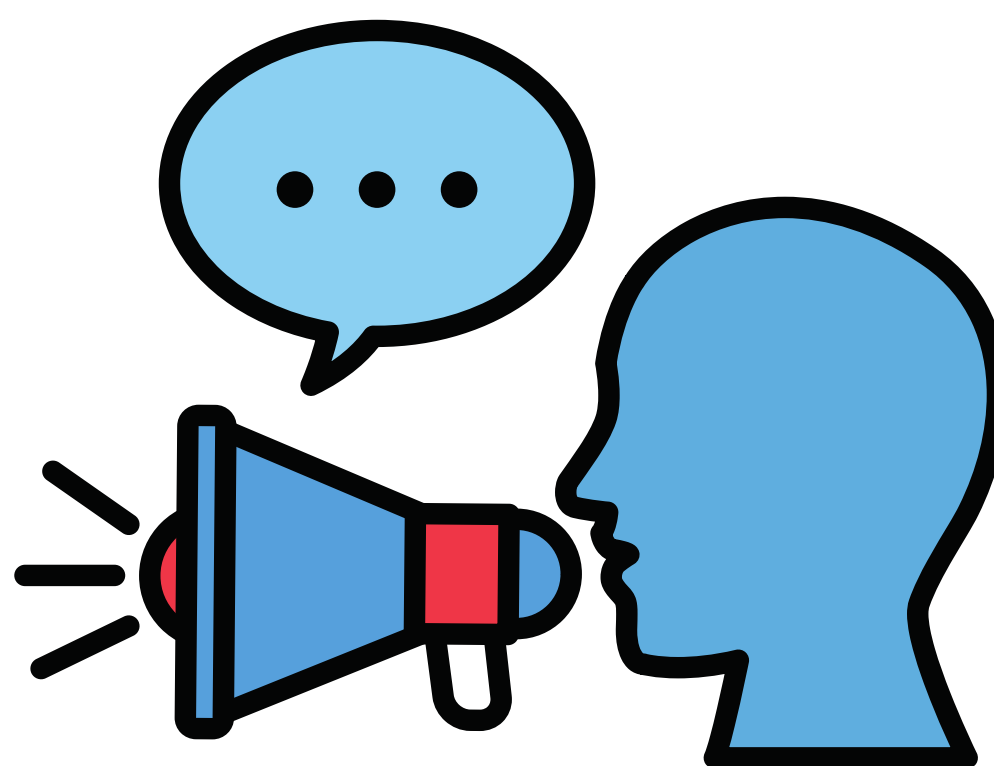
Diante de tudo isso que a senhora expôs, o que se pode fazer? Como enfrentar esse ataque perverso?

Primeiro, precisamos falar sobre isso, com todas as palavras apropriadas para definir os acontecimentos. Depois, devemos ouvir as queixas e demandas dos pais e dos alunos. É um pedido justo que os filhos não passem de ano sem aprender. É um pedido justo ter aula e professor para todas as disciplinas. É um pedido justo ter alimentação de qualidade na escola. É um pedido justo o crime não acontecer perto, ou dentro da escola. Estamos perdendo o debate, porque não temos respostas para essas situações concretas e reais [...] Precisamos dialogar com perspectivas e soluções. Estamos falhando nisso. Na sala de aula, vamos fazer perguntas: sobre o futuro, sobre os sonhos, as perspectivas e sobre a realidade dos estudantes. Temos de encarar questões tão duras, quanto urgentes, sobre o tráfico de drogas, as milícias, as chances de futuro, os índices de mortalidade, principalmente de pretos, pobres e periféricos.



Fonte: Freepik, 2021.

6. Polêmicas



Escolas cívico-militares vão expulsar centenas de estudantes do ensino médio noturno. Programa prevê fechamento do ensino noturno e em alguns municípios e regiões do NRE-Londrina, caso comunidades aprovem adesão ao programa, os estudantes trabalhadores(as) ficarão sem opção para estudar.



“É impossível não ter medo”, diz professor agredido em colégio militar no Amazonas. Agredido com um tapa no rosto e com arma apontada para cabeça, professor de colégio do Amazonas está afastado e com síndrome do pânico.



Mães e professoras denunciam assédio em colégio militar do Amazonas. Colégio militar em Manaus acumula casos de denúncias de assédio e violência contra alunas adolescentes e professoras.



A Secretaria Municipal de Educação do Rio exonerou nesta terça-feira (25) a equipe que dirigia a Escola Cívico-Militar Carioca General Abreu, no Rocha, após denúncia de que alunos estariam sendo submetidos à aglomeração e "doutrinação por discurso partidário".



Últimas palavras

A militarização das escolas públicas tem ocupado cada vez mais espaço na agenda de muitos governos estaduais e do governo federal. Com o discurso de que a qualidade educacional não é alcançada pela rede pública de educação básica e de que um dos principais motivos é a violência nas escolas, muitos pais tem aprovado o modelo.

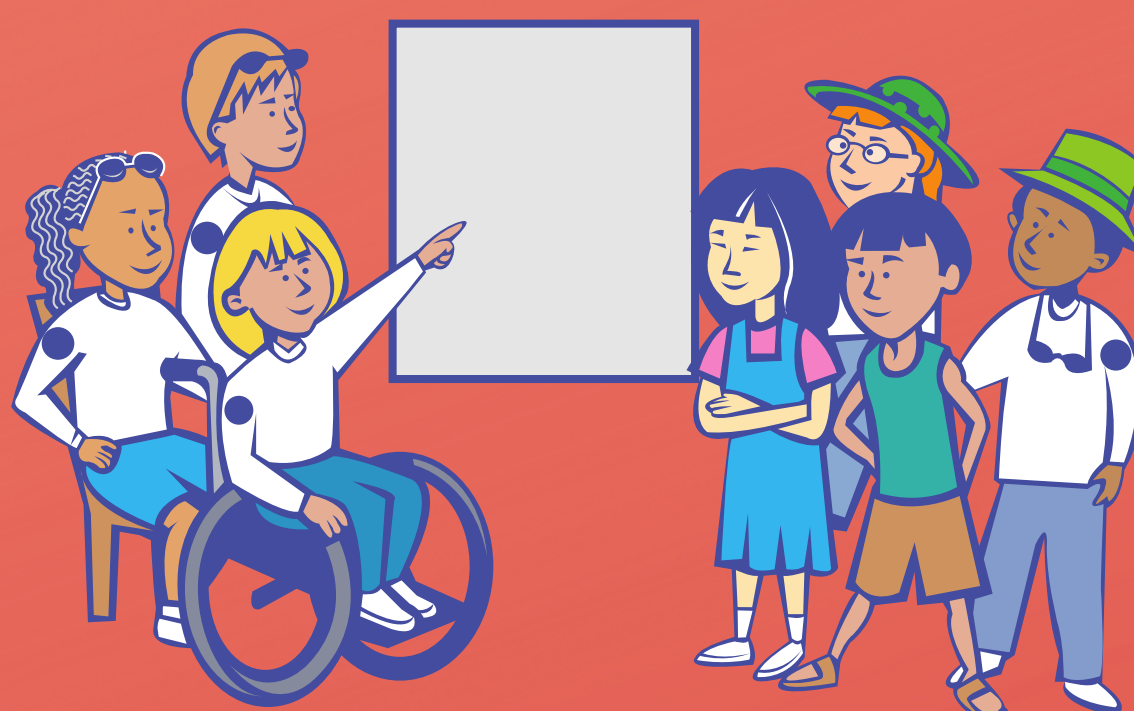


O que a sociedade precisa entender é que a polícia que está sendo direcionada para acabar com a violência dentro das escolas é a mesma que não consegue garantir a segurança pública fora dela. O papel da escola é formar cidadãos autônomos, críticos e conscientes, no entanto com a presença de policiais armados impondo regras a tendência é que os alunos sigam submissos, pouco reflexivos e sem identidade própria.

A escola pública é lugar de todos, direito este garantido pela constituição. A partir do momento que a escola seleciona alunos por "vestibulinhos", incentiva o pagamento de taxas, regula a forma de vestir, de arrumar os cabelos, discrimina por orientação sexual e exclui os que não se adaptam a estas regras, esta escola jamais pode ser considerada de qualidade.

De que valem notas altas nas avaliações nacionais se o indivíduo não aprender a conviver com a diferença e a respeitar a diversidade? Na escola o indivíduo deve ter a oportunidade de lidar com pessoas diversas em aspectos físicos, culturais, religiosos, étnicos, ideológicos, econômicos e entender que todos devem aprender e que ninguém deve ser excluído.

As escolas públicas precisam de investimento na estrutura física e organizacional, no conhecimento, na pesquisa, na pessoa humana e no processo educativo.



Referências

AMÂNCIO, Michel F. As opiniões sobre o ensino militar em Bauru. E quais os impactos na educação. **Jornal Dois**, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://jornaldois.com.br/opinioes-sobre-ensino-militar-em-bauru/>. Acesso em 25 de jul. 2021.

BRASIL. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. Ministério da Educação, Brasília, 2019. Acesso em 16 de jul. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes, Campinas** vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?format=pdf>. Acesso em 10 de agosto 2021.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - RBPAE. **Dossiê**: Militarização da Escola Pública. V. 35, N. 3 (2019). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/issue/view/3872/showToc>. Acesso em 17 de jul. 2021.

MARCONI, Elisa; BICUDO, Francisco. Escolas militarizadas. Entrevista com Catarina de Almeida Santos, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). **Revista Giz**, Sindicato dos Professores. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://revistagiz.sinprosp.org.br/?=7785&fbclid=IwAR3Z5oI7bhudphGO3B9KrhjyigzgaLzk6ZQxLN2cUVz-X1sckM07Mvxyh6Q>. Acesso em 26 de jul. 2021.

MOURA, Rayane. **Escola cívico-militar é uma opção para todo o país?** Veja prós e contras. Colaboração para Ecoa, de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/03/escola-civico-militar-e-uma-opcao-para-todo-o-pais-veja-pros-e-contras.htm>. Acesso em 26 de jul. 2021.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza de Fátima Tome. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**, v. 35, n. 3, p. 667 - 688, set./dez. 2019. Acesso em 17 de jul. 2021.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação é um direito**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2009.

TOKARNIA, Mariana. Escolas cívico-militares: divergências marcaram debates preparatórios. **Agência Brasil**, Brasília, 2019. Disponível em: Escolas cívico-militares: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-02/escolas-civico-militares-no-df-divergencias-marcaram-debates-preparatorios>



Fonte: Freepik, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Cintia Souza Machado Ferreira

Bacharel em Ciências Contábeis (UEFS), Especialista em Metodologia e Didática no Ensino Superior (CEPPEV), Especialista em Gestão Social de Pessoas (FAN). Estudante do curso de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Servidora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: cintia@uefs.br

Neilton da Silva

Doutor em Educação e Contemporaneidade. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), bem como do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) e Tutor do Grupo PET UFRB e Recôncavo em Conexão (PET-URC). E-mail: neilton@ufrb.edu.br



POLI-QUEFORP